

## **Capoeira, do crime à legalização: Uma história de resistência da cultura popular**

Albert Alan de Sousa Cordeiro<sup>1</sup>  
Nazaré Cristina carvalho<sup>2</sup>

**Resumo:** Neste artigo, construído a partir de pesquisa bibliográfica, nos propomos a fazer um breve levantamento da história da Capoeira no Brasil, dando relevância a esta trajetória em três estados: Bahia, Rio de Janeiro e Pará, este último que fora considerado um dos maiores redutos de capoeiras no início da república e, atualmente, o maior do norte do país. O recorte abrange os primeiros registros de sua existência, até o momento em que o Estado Nacional legaliza a sua prática, durante o governo de Getúlio Vargas. Tratamos de aspectos relativos às contínuas perseguições sofridas pelos capoeiras, intensificadas com a chegada da família imperial portuguesa ao Brasil, até os primeiros anos da proclamação da República, bem como os diferentes contextos que corroboraram para uma maior aceitação desta pela sociedade, principalmente o trabalho dos mestres, em especial os de Manoel dos Reis Machado e Vicente Ferreira Pastinha, que buscaram a valorização da capoeira e a superação da pecha que a envolvia por parte da população.

**Palavras-chave:** Capoeira; história; resistência.

## **Capoeira, delcrimen hasta legalización: Una historia de resistencia de la cultura popular.**

**Abstract:** Este artículo, elaborado a partir de pesquisas bibliográficas, se propone hacer un breve levantamiento de la historia de la Capoeira en Brasil, dando énfasis a esta trayectoria entre tres estados, Bahia, Rio de Janeiro y Pará, este último fue considerado uno de los mayores cuarteles de capoeiras en el inicio de la república y, actualmente, el mayor del norte del país. El recorte cubre los primeros registros de su existencia, hasta el momento en que el Estado Nacional legaliza su práctica, durante el gobierno de Getúlio Vargas. Tratamos de los aspectos relativos a las continuas persecuciones sufridas por los capoeiras, intensificado con la llegada de la familia imperial portuguesa al Brasil, hasta los primeros años de la proclamación de la República, así como los diferentes contextos que contribuyeron para una mayor aceptación de esta por la sociedad, principalmente el trabajo de los masters, en especial los de Manoel dos Reis Machado y Vicente Ferreira Pastinha, que buscaban la valorización de la capoeira y la superación de la pecha que involucra parte de la población.

**Keyword:** Capoeira; historia; resistencia.

---

<sup>1</sup> Discente do Programa de Pós-Graduação em Educação-Mestrado da Universidade do Estado do Pará, vinculado à linha Saberes Culturais e Educação na Amazônia. Professor do Núcleo de Estudos em Educação Científica, Ambiental e Práticas Sociais-NECAPS/UEPA.

<sup>2</sup> Doutora em Educação Física e Cultura, pela Universidade Gama Filho (2006), atua como docente do Programa de Pós-Graduação em Educação-Mestrado da Universidade do Estado do Pará, integrando à linha Saberes Culturais e Educação na Amazônia. Técnica da Secretaria de Educação do estado do Pará.

Resistindo as imposições do colonizador, os povos vítimas da colonização desenvolveram estratégias dentro de sua cultura para manter vivas suas histórias, tradições, características, etc. No caso do Brasil, um bom exemplo dentro da música popular é o *Choro*, primeiro gênero musical urbano genuinamente brasileiro, oriundo da fusão dos elementos melódicos da música europeia, com as características rítmicas dos batuques africanos. Na época (por volta de 1850), muitos dos instrumentistas que tocavam nos salões da corte carioca eram negros, mestiços, muitos descendiam de escravos, ou de fato eram escravos de ganho e alforriados, desejosos em tocar a música de sua etnia, hibridizaram-na com as canções que precisavam tocar para sobreviver.

A Capoeira é um dos elementos nascidos da resistência negra ao fardo colonizador mais interessantes. O escravo utiliza seu corpo como arma, como recurso de defesa e não se submete docilmente ao opressor. Nas palavras de Silva(2008b, p. 13.): Verifica-se, na sociedade brasileira, que o negro foi escravizado, porém nunca conquistado. O trabalho foi escravizado, mas a alma não se submeteu a escravidão do corpo.

A escravidão foi abolida, resultado de diversos fatores que corroboraram para o fato, mas um em especial, é negligenciado na história que se conta na escola, a luta negra em busca da liberdade. É ensinado a nossas crianças que um belo dia uma princesa branca, benfeitora, amante da negritude, infeliz com as condições em que os escravos se encontravam, decreta o fim do cativeiro. Ainda hoje quando se menciona o Quilombo de Palmares nos livros de história da educação básica, narra-se apenas a sua destruição por Domingos Jorge Velho e companhia, não se conta que o quilombo da Serra da Barriga resistiu e derrotou mais de trinta campanhas militares que o estado promoveu contra ele. Esse é apenas um exemplo do trato que se dá a cultura e a história negra no país.

Entretanto, historiar a capoeira não é tarefa tão fácil e só é possível devido a dedicação de pesquisadores que se debruçam sobre o desafio de trazer à sociedade os momentos, os personagens, as tradições que intencionalmente tentou-se silenciar, onde a ocasião mais extrema de censura se deu com a destruição da documentação sobre a escravização no Brasil, ordenada pelo conselheiro Rui Barbosa, durante o governo de Deodoro da Fonseca que procurou justificar esta atitude com a seguinte resolução:

Considerando que a nação brasileira, pelo mais sublime lance de sua evolução histórica, eliminou do solo da pátria a escravidão – a instituição funestíssima que por tantos anos paralisou o desenvolvimento da sociedade, inficionou-lhe a atmosfera moral; considerando que a República está obrigada a destruir estes vestígios por honra da pátria e em homenagem aos nossos deveres de fraternidade e solidariedade para com a grande massa de cidadãos que pela abolição do elemento servil entraram na comunhão brasileira; resolve:

1º - Serão requisitados de todas as tesourarias da fazenda todos os papéis, livros e documentos existentes nas repartições do ministério da fazenda, relativos ao elemento servil, matrícula de escravos, dos ingênuos, filhos livres de mulher escrava e libertos sexagenários, que deverão ser sem demora remetidos a esta capital e reunidos em lugar apropriado na recebedoria.

2º - Uma comissão composta pelos Srs. João Fernandes Clapp, presidente da confederação abolicionista, e do administrador da recebedoria desta capital, dirigirá a arrecadação dos referidos livros e papeis e procederá à queima e destruição imediata deles, que se fará na casa de máquina da Alfândega desta capital, pelo modo que mais conveniente parecer à comissão.

Capital Federal, 15 de dezembro de 1890. - Rui Barbosa (*apud* SILVA, 2008a, p. 16-17).

Silva (2008a) nos diz que a real intenção desta medida era destruir a documentação existente sobre as dívidas de indenizações que a república passaria a ter com os proprietários de terra, mas também ocultar todos os atos bárbaros que a elite detentora de escravos promovera contra os cativos durante trezentos anos, e assim o estado se recusa a assumir o martírio dos africanos durante a construção da nação brasileira.

Enquanto a república procurou ocultar este período da história, a Capoeira, por meio dos fundamentos ensinados pelos mais velhos, pelo cançãoeiro cantado nas rodas, e pelo repertório corporal desenvolvido com o jogo, ao som da bateria de instrumentos, liderados pelo berimbau, narra o que a historiografia oficial, propositalmente, tentou camuflar. Um bom exemplo é a canção *Rei Zumbi dos Palmares*, de autoria de Paulo Trindade Moraes (1994), conhecido na capoeira como Mestre Moraes:

*“A história nos engana  
Diz tudo pelo contrário  
Até diz que a abolição  
Aconteceu no mês de maio  
A prova dessa mentira  
é que da miséria eu não saio*

*Viva vinte de novembro  
Momento pra se lembrar  
Não vejo em treze de maio  
Nada pra comemorar*

*Muitos anos se passaram  
e o negro sempre a lutar*

*Zumbi é nosso herói  
De Palmares foi senhor  
Pela causa do homem negro  
Foi ele quem mais lutou  
E apesar de toda luta  
Negro não se libertou”*

A Capoeira é mais que um elemento simbólico de resistência, é factual. Homens e mulheres negros (a)s desenvolveram-na para se defender perante o colonialismo europeu, se defender fisicamente, defender sua cultura e tradições, defender sua história. Usou seu próprio corpo na organização de seu sistema de defesa, se tornando um dos capítulos mais sugestivos da cultura popular (SALLES, 2004, p. 113).

Por muito tempo houve certa polêmica sobre a origem da capoeira, haviam dúvidas se ela houvera sido trazida da África, com a população escravizada, ou desenvolvida em solo brasileiro por estes sujeitos. Nestor Capoeira (1998) diz que a capoeira é uma mistura de diversas lutas, danças, ritmos e instrumentos musicais, provenientes de distintas etnias africanas, sintetizados aqui no Brasil. Soares (1995) afirma que as raízes da capoeira estão fincadas em solo angolano, mas ela surgiu no Brasil, outras manifestações com algumas similaridades estão no outro lado do oceano, e será válido reunir esta grande família. Sobre este impasse Rego (1968) se posiciona da seguinte forma:

No caso da capoeira, tudo leva a crer seja uma invenção dos africanos no Brasil, desenvolvida por seus descendentes afro-brasileiros. Portanto, minha tese é de que a capoeira foi inventada no Brasil, com uma série de toques e golpes comuns a todos os que a praticam, e que os seus próprios inventores e descendentes, preocupados com seu aperfeiçoamento, a modificaram com a introdução de novos toques e golpes, transformando uns, extinguindo outros, associando-se a isso o fator tempo que se incumbiu de arquivar no esquecimento muitos deles e também o desenvolvimento social e econômico da comunidade onde se pratica a capoeira (REGO, 1968, p. 31).

Segundo Vieira (2004) a primeira citação do vocábulo *Capoeira* foi encontrada na obra “Do clima e da terra do Brasil” editada em 1577, de autoria do padre jesuíta Fernão Sardin, em que esta significava uma espécie de vegetação secundária.

Vieira diz que com o advento das invasões holandesas, na Bahia e em Pernambuco, no século XVII, o litoral brasileiro desorganizou-se, o que possibilitou a fuga de muitos escravos, que estabeleceram centenas de quilombos, permitindo o contato ora amistoso, ora hostil, entre africanos e indígenas. Para este autor o vocábulo, de origem Tupi, tenha servido para designar negros quilombolas como “*negros das capoeiras*”, posteriormente, como “*negroscapoeiras*” e finalmente apenas como “*capoeiras*”. Então, aquilo que antes etimologicamente designava “*mato*” passou a designar “*peessoas*” e as atividades destas pessoas, “*capoeiragem*”. Com o tempo o vocábulo *capoeira* começou a designar as estratégias de sobrevivência e resistência da comunidade negra e a uma forma de luta.

Daí então a Capoeira e os capoeiras foram protagonistas de diversos episódios históricos, marcados pela perseguição, mas que também contam com momentos de glória e ascensão, mas que segundo Oliveira (2005), carece de uma historiografia adequada, pois só muito recentemente esta manifestação da cultura popular começa a despertar interesse em pesquisadores de diversos campos do conhecimento, principalmente da história, que se deu somente quando essa passa a se voltar à vida social das camadas populares.

De acordo com Vieira (2004) passaram a existir uma série de leis penais que os consideravam estes primeiros capoeiras, entre os quais existiam escravos fugitivos, negros libertos e elementos marginalizados pela sociedade escravagista, como desordeiros e delinqüentes, sendo rigorosamente vigiados e punidos. A evolução das leis acontecia na mesma ordem em que os escravos iam gradativamente obtendo suas liberdades, através de cartas de alforria ou de compras de suas liberdades, o que lhes conferia um novo status jurídico.

Um dos maiores períodos de perseguição à capoeiragem se deu a partir da vinda da família imperial ao Brasil, fugindo das tropas de Napoleão Bonaparte. Uma nova estrutura policial foi criada, com o intuito de proteger o imperador de possíveis espões estrangeiros, de escravos revoltosos e outros perigos. Foi criada a guarda real de polícia, que seria dirigida pelo major Miguel Nunes Vidigal, um habilidoso capoeira, mas que instituiu severa perseguição aos que praticavam o jogo. Temido, invadia com sua tropa as rodas de samba e candomblés e sobre os capoeiras aplicava uma terrível surra que chamava de “Ceia dos camarões” (VIEIRA, 2004).

Ironicamente, após serem perseguidos pelo império, os capoeiras tiveram papel fundamental na guerra do Paraguai onde foram formados batalhões

específicos de negros, em sua grande maioria, capoeiras que receberam o nome de Zuavos. O objetivo era reduzir o número de capoeiras, além disso conseguiram tornar a modalidade uma Arte Marcial, posto ser este um título que usualmente é conquistado por alguma forma de luta que tenha passado por uma experiência de guerra (VIEIRA, 2004). Muitos capoeiras foram condecorados e alcançaram patentes mais altas nas forças armadas devido seus atos de bravura nas batalhas.

Ao término da contenda os sobreviventes retornaram ao país gozando de grande prestígio perante a população. O reconhecimento foi um dos maiores legados que a guerra poderia conferir aos capoeiras combatentes e este seria de grande utilidade ao processo abolicionista.

Mesmo com a abolição da escravidão, os negros libertos não receberam do estado as políticas de inclusão social necessárias para que de fato pudessem fazer parte da “comunhão brasileira” como sugeriu Rui Barbosa, sendo assim muitos capoeiras adentraram na criminalidade, vítimas do ensejo da vulnerabilidade social. A canção “Maltas de Capoeira” de autoria do mestre Mão Branca, cantada nas rodas do jogo, vem narrar o fenômeno das Maltas: *Grupos de Negros ou homens pobres de todas as origens, portando facas e navalhas, atravessando as ruas em ‘correrias’ ou indivíduos isolados, igualmente temidos, conhecedores de hábeis golpes de corpo* (SOARES, 1999, p 3).

*Foi no Rio de Janeiro (BIS), Pernambuco e velha Bahia  
Chegaram os ex-escravos (colega velho)  
Á grande periferia vagando pela cidade, ou então o negro ia  
Pelos portos e mercados, as Feiras e ferrovias*

*Sem ninguém para lhe ajudar (colega velho)  
e sem ter informação, sem dinheiro para gastar,  
(ai meu Deus) as vezes sem ter o pão  
negro ia a vadiar na capoeira meu irmão*

*Falava alto o berimbau (colega velho)  
e o pandeiro acompanhava, reco-reco de mansinho,  
(ai meu deus) e o jogo começava.  
Rabo de arraia, a cabeçada e uma rasteira  
Os turistas vinham ver e davam dinheiro ao capoeira*

*Mas o passado escravo fez do negro inferior  
sem condições de viver (colega velho)  
marginal ele virou.  
Assaltando casas nobres, foi mercenário sim senhor  
até se vestia de mulher para roubar seja quem for.*

*Manha suja e traiçoeira eram guaiamus eram nagôs.*

*Rodas do Rio de Janeiro foi verdadeiro terror  
e nem mesmo a policia podia nada fazer  
pois se ficassem frente a frente (colega velho)  
Era certo, alguém morrer...*

*A navalha afiada, faca envenenada, bengala de lado  
e lenço no pescoço  
Malandro de branco descia a ladeira  
o povo dizia "Lá vem Capoeira!"*

*Mas isso tudo é passado e hoje é melhor coisa entender  
mas se eu fosse daquele tempo, eu também queria ser  
oi da malta de capoeira, oi aia ai ai que lutaram para viver.*

*maltas de capoeira não existem mais  
Mas o negro ainda luta por seus ideais  
Maltas de capoeira ficou para trás...*

A canção mostra o caso ocorrido em Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro no século XIX, mas a capoeiragem e as maltas de capoeira também aconteceram em outros estados do país no mesmo período, incluindo o Pará.

Ainda continua a malta de vagabundos nas portas das vendas do umarizal, provocando e até apedrejando os transeuntes. Estes desocupados andam em bandos qual caravanas de beduínos, armados de punhais e cacetes. Chamamos mais uma vez a atenção do subprefeito Nunes para esses desordeiros que não respeitam nem sequer as famílias. (Diário de Notícias, 27 de maio de 1896 *apud* LEAL, 2008, p. 55).

Os significados atribuídos à Capoeira, nas palavras de Leal (2008), variaram bastante ao longo da história. No Pará, no período que vai do século XIX à década de trinta do século XX a pratica da capoeiragem estava associada à criminalidade. O autor aponta que a criminalização da capoeira se deu primordialmente porque o referencial de cultura que as castas dominantes propagavam e disseminavam de forma impositiva a toda sociedade era europeu (primordialmente francês) e a capoeira, como uma manifestação das camadas populares, da cultura popular, foi encarada como atividade marginal e que devia ser extinta.

Não se pode precisar ao certo, em que período a capoeira chegou ao Pará, mas Vicente Salles especula que, possivelmente, Belém, no período da Cabanagem<sup>3</sup> já devia estar infestada de capoeiras (2004, p. 116). De Campos Ribeiro (2005) afirma que se Belém não chegou a ser o empório de capoeiragem, no começo do século XX, chegou bem perto disso.

---

<sup>3</sup> Revolta popular ocorrida na província do Grão-Pará durante os anos de 1835 a 1840.

Os *Ginastas da valentia*, como De Campos Ribeiro chamava os capoeiras, teriam chegado ao Pará, segundo o autor, através dos marinheiros que o sul do país mandava para servir no estado, e fizeram adeptos entre a população local.

Impregnada pela concepção de que esta manifestação da cultura negra era uma ameaça social os capoeiras de Belém foram tachados de “vadios”, sendo assim o estado começa uma grande campanha repressiva à “vadiagem” e a capoeira, tratada como uma prática de vagabundos.

Os capoeiras não são mais que vagabundos, livres ou cativos, dados à crápula, à velhacaria, a vícios infames. Logo que conhecem que não os espreitem seriamente, aparecem até de dia, já não procuram envolver-se no escuro manto a noite; de dia mesmo praticam das suas (O publicador paraense, 3 de novembro de 1849 *Apud* LEAL, Idem, p. 23).

No período da *belle époque* paraense que ocorreu entre os anos de 1850 a 1920, alcançada graças à produção e comercialização da borracha, ocorreram grandes transformações culturais, econômicas e urbanísticas nas principais cidades da Amazônia, como Belém e Manaus e buscando alcançar os padrões das cidades européias, os grupos dominantes procuraram impor sobre as camadas populares, através do controle e da disciplina, um padrão de comportamento (LEAL, 2008, p. 31).

No plano urbanístico e arquitetônico as transformações foram abruptas. Os casebres populares, na sua grande maioria feitos de barro e de palha eram demolidos e em nome da civilização e do progresso, davam lugar às construções modernas, desse modo os antigos moradores destes espaços, caracterizados como insalubres eram obrigados a morar cada vez mais distantes do centro da cidade.

E assim foram se “inchando” demograficamente os bairros do Jurunas e do Umarizal. Neles a população pobre, de maioria negra e cabocla, mantinha práticas culturais que muito se distinguiam do modelo de civilização que os grupos dirigentes pretendiam implantar na capital paraense (IDEM, p. 32).

Mas as elites não apenas preocupadas com os aspectos arquitetônicos referentes à modernização da cidade, procuraram exterminar com os costumes das camadas populares que consideravam como sinais de atraso e barbárie, começa-se então, a perseguição aos símbolos da cultura de herança negra e indígena, como Batuques, crenças e folguedos de rua. Passaram a ser constantes os pedidos de repressão às práticas populares que eram consideradas antagônicas ao modelo de

civilização imposto, o que denota as intenções de disciplinamento e controle popular (p. 32).

De acordo com Leal (2008) nos discursos jornalísticos e policiais da época era muito comum que as “classes pobres” fossem confundidas como “classes perigosas”. Esta definição corroborou para que as autoridades policiais voltassem suas atenções aos bairros populares, onde justamente residiam as camadas mais carentes, os bairros periféricos ocupados principalmente pela população pobre de Belém de grande maioria negra. Segundo o autor isso se dava devido ao contraste estético existente entre as manifestações populares e o modelo cultural importado e disseminado na cidade.

Na Bahia, Oliveira (2005) conta que as manifestações culturais, oriundas dos ajuntamentos populares, eram caracterizadas como “escolas de criminalidade”, sendo assim, o controle era exercido não apenas ao indivíduo considerado marginal, mas também às manifestações culturais.

Os capoeiras seriam, então, indivíduos desviantes e desviados da ordem estabelecida e que, atuando nas ruas com suas armas em punho, representavam um perigo que precisava ser controlado para o “bem da civilização” (OLIVEIRA, 2005, p. 121).

Vieira (2004) afirma que com a proclamação da república em 15 de novembro 1889, e partindo da necessidade de estabelecer o regime, utilizou-se como recurso a manutenção da ordem através valorização dos símbolos nacionais e o fortalecimento do nacionalismo.

A Cidade do Rio de Janeiro, como capital do Brasil, não poderia estar à mercê do crime e da delinqüência dos capoeiristas. De tal modo, o próprio chefe de governo, Marechal Deodoro da Fonseca incumbiu às forças militares de eliminar a capoeira do local. Assume o posto de capitão Sampaio Ferraz, também capoeira, e com a “carta branca” recebida pelo governo, investe duramente sobre todos os jogadores, inclusive membros de distintas famílias brancas, que naquele período já era comum terem contato com o jogo.

No ano seguinte é instituído o Código Penal da república dos Estados Unidos do Brasil e a Capoeira é devidamente incluída.

Art. 402- Fazer nas ruas e praças públicas exercício de agilidade e destreza corporal conhecida pela denominação de capoeiragem: andar em carreiras, com armas ou instrumentos capazes de produzir lesão corporal, provocando tumulto

ou desordens, ameaçando pessoa certa ou incerta, ou incutindo temor de algum mal; Pena- De prisão celular de dois a seis meses. A penalidade é do art. 98. 28 (Apud VIEIRA, 2004).

Leal (2008) afirma que a capoeira foi utilizada nas disputas entre democratas e republicanos nos primeiros anos da república no Pará, onde haviam capangas capoeiras em ambas as facções, em muitos casos eram trazidos de Pernambuco para trabalharem para políticos. Os democratas, que compunham a oposição, possuíam capoeiras entre seus líderes sendo assim os republicanos começaram uma severa perseguição aos “vagabundos, capangas e capoeiras”, que em muitos casos eram presos e deportados. O periódico *A república* cuidava da opinião pública:

Em todos os estados, logo que foi proclamada a república, foram tomadas pelos chefes de segurança as mais severas providências contra os capangas e capoeiras de todas as condições, desinfetando-se assim a sociedades desses elementos deletérios. O Pará foi o único estado em que, devido à moderação e prudência do chefe de segurança, essa salutar medida não foi tomada. Hoje está reconhecido que foi um enorme inconveniente e que é tempo de pô-la em execução. Nós confiamos na energia do desembargador chefe de segurança e estamos certos de que em breve a sociedade paraense estará livre dessa malta que a infesta (A república, 10 de setembro de 1980, apud LEAL, 2008, p. 120).

Durante a transição para o século XX o Brasil receberia influência de teorias científicas que interfeririam no olhar da sociedade sobre a capoeira e iniciaria um novo patamar a esta dentro da história nacional. As teorias sobre a melhoria da qualidade de vida proveniente da Educação Física, em especial as correntes teóricas francesas, encontraram bastante aceitação no território nacional.

A capoeira então foi submetida a um processo de esportivização, pois muitos intelectuais passaram a defender a ideia de que esta representaria a “luta nacional”, (assim como outros países, bem como o JiuJitsu no Japão, o Boxe na Inglaterra) uma manifestação genuinamente brasileira e que possuía todas as características que as emergentes teorias sobre a ginástica e educação física preconizavam. Então a capoeira precisou passar por um “processo civilizador”. A sua relação com a criminalidade deveria ser apagada, as maltas desmanteladas e extinguidas, para enfim, poder ser aproveitadas suas características desportivas.

Na década de 30 do século XX, na Bahia, Manoel dos Reis Machado, conhecido na capoeira como Mestre Bimba, a fim de reverter o olhar pejorativo do poder público e de parte da sociedade sobre a capoeira, busca apoio de integrantes

das classes média e média-alta de Salvador composta por universitários, intelectuais e algumas personalidades, instituiu uma academia, formaliza o ensino da capoeira, e nesta incorpora elementos de outras artes marciais socialmente aceitas, como JiuJitsu e Karatê, desenvolvendo um novo estilo de luta que recebeu o nome de "*Luta Regional Baiana*", mas que se popularizou como *Capoeira Regional* (ABIB, 2004, p. 35-36).

Mestre Bimba criou um método singular de ensinar capoeira; aflora a vertente marcial [...] revestida da ideia de esportivização; conjuga-se a capoeira com o momento sociopolítico e cultural do país. Pode-se aceitar com facilidade que, em termos gerais a capoeira regional estabeleceu um novo conceito de capoeira; depois dela a noção de capoeira se transformou (SILVA, 2008b, p. 20).

Contudo outros capoeiras baianos se posicionaram contra estas bricolagens realizadas por mestre Bimba, pois buscavam a preservação das formas tradicionais do jogo. Estes capoeiras foram liderados por Vicente Ferreira, o mestre Pastinha, e denominaram o modo original de se jogar como *Capoeira Angola* (ABIB, idem, p. 36). Assim como Mestre Bimba, Pastinha abriu uma academia, instituiu uniformes para seus alunos, deu um caráter institucional à prática do jogo.

É interessante observarmos o fato de que, a prática da capoeira sai das ruas e passa a ocupar locais socialmente destinados para aquela técnica corporal. Talvez a busca por construir uma nova compreensão em torno da capoeira e de seus praticantes, fomentado pelo discurso populista de Getúlio Vargas em seu projeto de modernização cultural, tenha favorecido essa mudança territorial da prática da capoeira, que se afastou cada vez mais das ruas, dos vícios e das confusões, para afirmá-la enquanto "esporte nacional" (DIAS, 2012, p. 36).

Ambos, Bimba e Pastinha, buscavam a superação da pecha pejorativa que envolvia a capoeira e cada um, à sua maneira, desenvolveu estratégias para tal. Bimba, com sua *luta regional baiana*, torna a capoeira mais combativa, e registrou sua escola como sendo de educação física, uma fachada para atuar livremente, surge assim o *Centro de Cultura Física Regional*.

Pastinha procurou criar uma diferenciação entre o que ensinava em sua academia e a "capoeira de rua", tida como prática de indivíduos de mau caráter, e para isso lançava mão dos fundamentos da capoeira, na religiosidade africana, no caráter lúdico e teatral do jogo.

A capoeira deixou de ser crime a partir de 1934, através de um decreto expedido pelo presidente Getúlio Vargas, o jogo passaria a gozar de um reconhecimento e de maior prestígio perante a sociedade. Porém o imaginário o qual deu o a pecha de vagabundagem permaneceu por muito tempo.

Abib (2004) afirma que a legalização da capoeira e outras manifestações da cultura negra, como o Candomblé, no governo de Vargas também possuía um viés regulador, pois estas, a partir de então, deveriam ser realizadas em espaços fechados e com alvará de instalação, a legalização acabou se tornando um meio eficaz de controle social.

O que se observa nesse breve panorama de perseguições sofridas pela capoeira é o resquício da mentalidade eurocêntrica que continuou taxando-a de atividade de vagabundos, percebe-se que os ditames de uma cultura dita superior, que negava as manifestações culturais dos povos indígenas, negros, das camadas populares e que impregnou o imaginário do país mesmo depois do fim da colonização, deixou chagas expostas até os tempos de hoje.

Atualmente a capoeira goza de um prestígio que outrora seria inimaginável, mérito dos capoeiras que enfrentaram discriminações ao longo da história e não deixaram de empunhar seu berimbau, percutir seus atabaques, pandeiros, agogôs e reco-recos, e entoar as cantigas que denotam o seu amor pelo jogo. Um dos símbolos de reconhecimento ao trabalho e luta desses homens e mulheres se deu em Julho de 2008 quando a capoeira foi registrada como patrimônio imaterial brasileiro.

Hoje em dia, as mudanças são significativas no que tange sua visibilidade social, sendo divulgada nos mais diferentes meios de comunicação e presente em diferentes espaços sociais, como academias de ginástica, ginásios esportivos, clubes, centros culturais, escolas, universidades, entre outras localidades (DIAS, 2012, p. 35).

Após quinhentos anos de resistência da comunidade negra, as lutas pelo fim da escravização, por melhores condições de vida, pela liberdade religiosa, pelo fim do racismo, pelo fim do genocídio da juventude negra estampado nos índices da violência urbana, e por poderem expressar suas características e manifestações culturais abertamente segue em andamento, e a capoeira segue como um expoente desta trajetória.

## REFERÊNCIAS

ABIB, Pedro Rodolpho Jungers. *Capoeira Angola: Cultura popular e o jogo de saberes na roda*. Salvador: EDUFBA, 2004.

CAPOEIRA, Nestor. *Capoeira: Os fundamentos da malícia*. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.

DIAS, João Carlos N. de S. N. *Corpo e gestualidade: o jogo da capoeira e os jogos do conhecimento*. São Paulo: Annablume, 2012.

LEAL, Luiz Augusto Pinheiro. *A política da capoeiragem: a história social da capoeira e do boi bumbá no Pará republicano (1888-1906)*. Salvador: EDUFBA, 2008.

TRINDADE, Pedro Moraes. Rei Zumbi dos Palmares. In: *Capoeira Angola: salvador from Brazil*. EUA: GCAP, 1994. Faixa 1.

OLIVEIRA, Josivaldo Pires de. *No tempo dos valentes: os capoeiras na cidade da Bahia*. Salvador: Quarteto, 2005.

REGO, Waldeloir. *Capoeira Angola: ensaio sócio-etnográfico*. Salvador: Itapuã, 1968, coleção baiana.

RIBEIRO, De Campos. *Gostosa Belém de outrora*. Belém: SECULT, 2005.

SALLES, Vicente. *O negro na formação da sociedade paraense*. Belém: Paka-tatu, 2004.

SILVA, Eusébio Lôbo da. *O corpo na Capoeira: Introdução ao estudo do corpo na capoeira*. Campinas: Unicamp, 2008a.

SILVA, Eusébio Lôbo de. *O corpo na capoeira: breve panorama: estória e história da capoeira*. Campinas: Unicamp, 2008b.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *A negrada instituição: os capoeiras na corte imperial, 1850-1890*. Rio de Janeiro: Access, 1999.

VIEIRA, Sérgio Luiz de Sousa. *Da Capoeira: como patrimônio cultural*. (Tese de Doutorado – PUC/ SP). São Paulo, 2004.